

Sindicatos em AÇÃO

Edição 4
Agosto / 2013

**Sindinstalação
prepara
índices
setoriais**

**Setor de balanças
ganha nova
Portaria**

**Simmesp e Sitivesp
elegem nova
diretoria**

**Acordo Fechado?
Negociação Coletiva na
nova dinâmica social**

SINAESP INVESTE EM INFORMAÇÃO

Reduzir custos e produzir sem perdas faz parte dos objetivos da maior parte das empresas. Pensando nisso, o Sinaesp (Sindicato da Indústria de Abrasivos) decidiu investir na realização de palestras e cursos capazes de trazer informações e exemplos de ações para seus associados.

Nos últimos meses vários palestrantes se revezaram trazendo informações para funcionários de diversos departamentos das empresas associadas. Sempre de forma bastante interativa, os palestrantes buscam trocar informações sobre a realidade de cada empresa e os exemplos de superação.

De acordo com a diretoria do Sindicato, essa troca contribui

para a formação dos profissionais, que podem visualizar nos exemplos apresentados, suas dificuldades, trazendo à tona experiências engrandecedoras.

Durante as palestras os participantes recebem ainda noções sobre os principais motivos das perdas nas empresas, que muitas vezes passam despercebidas.

Na opinião dos professores, através dos exemplos de empresas que mudaram a produtividade das suas unidades com base em ações mais efetivas de redução de custos e perdas, os profissionais visualizam suas próprias realidades e podem falar abertamente dos problemas constrangimento.



Fábio Tozzini



Palestras focadas nas empresas

Expediente

O jornal Sindicatos em Ação reúne matérias de vários Sindicatos ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). É distribuído às empresas associadas e não associadas das Entidades. Participam desta edição: Departamento Sindical (Desin); Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec); Sampapão; Siamfesp; Sibapem; Sietex; Sifumesp; Simde; Simefre; Simmesp; Simvep; Sinaesp; Sinbi; Sincobesp; Sindareia; Sindibor; Sindicalçados Jaú; Sindicarnes; Sindijóias; Sindileme; Sindilouça; Sindinstalação; Sindiplast; Sindmilho; Sindratar; Siniem; Sipesp; Sitivesp.

Jornalista responsável - Ana Azevedo - MTb - 22.242

Diretor Comercial - Mauro Mello

Criação e Diagramação - Adriana Vilares

Anúncios - (11) 3676-0874

Editado por: AZM Comunicações e Eventos S/C Ltda



azmcom@terra.com.br

tel (11) - 3672-8172

UMA CRUZADA DE TODO O BRASIL

Muitas conquistas têm sido alcançadas nos últimos anos e muitas outras estão em compasso de espera. O Brasil atingiu um elevado grau de maturidade em sua democracia. O respeito às instituições é visível. Hoje, a população vai às ruas acreditando que o poder público pode atender ao seu clamor e mudar as diretrizes, sem qualquer ameaça de ruptura institucional como ocorria no passado.

A Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – tem cumprido seu papel neste cenário de grandes anseios e questionamentos, com estudos, projetos e propostas concretas enviados aos governos de todas as esferas. São proposições baseadas em análises consistentes, feitas por um corpo técnico de alto nível com foco no desenvolvimento de nossa economia, na geração de empregos e no fortalecimento da indústria de transformação.

É com o apoio e participação de nossos sindicatos que todos estes estudos e análises são elaborados, avaliados e apresentados às autoridades constituídas, na mais legítima defesa dos interesses setoriais da produção. Vejamos o

caso da indústria de transformação, por exemplo, que já teve uma participação de 27% do PIB do Brasil e hoje tem apenas 15%. A perda de competitividade deste importante setor tem reflexos diretos sobre os investimentos, já que provocam a deterioração da confiança do empresariado, fazendo com que este adie seus projetos.

Nossa luta, contudo, não é por políticas protecionistas, como fechar fronteiras ou algo parecido. Precisamos, sim, unir esforços para criar aqui condições de competitividade semelhantes às que os nossos principais concorrentes têm. Reduzir nossos gargalos

de infraestrutura, e bem como reduzir, simplificar e modernizar a burocracia tributária é fundamental para que o Brasil avance. É importante acabar definitivamente com o acúmulo de créditos, eliminar a tributação em cascata de tributos e unificar os tributos sobre valor adicionado e renda. As medidas de curto prazo que têm sido adotadas são fundamentais, mas o que precisamos, de fato, é de planejamento de longo prazo que dê segurança a todos os setores da indústria, aos investidores e à economia em geral.

A falta de competitividade da nossa indústria não está da

porta para dentro, mas da porta para fora das fábricas. Essa é a grande questão. Nossas indústrias estão preparadas para garantir a competitividade do Brasil desde que num ambiente justo. O Brasil tem fábricas modernas e bem equipadas, que geram milhões de empregos, contam com gente capacitada, pagam bons salários, oferecem excelentes benefícios e colaboram decisivamente para que as famílias tenham uma renda e um futuro melhores.

A competitividade, portanto, precisa ser uma cruzada de todo o Brasil.

Ayrton Vignola/Fiesp

Paulo Skaf



SAMPAPÃO COMEMORA SUCESSO DA FIPAN

O Sampapão promoveu entre os dias 22 e 25 de julho, mais uma edição da Fipan - Feira Internacional de Panificação, Confeitaria e Varejo Independente de Alimentos, no expo Center Norte. A solenidade de abertura contou com a presença de vários deputados, vereadores, presidentes de Associações e Sindicatos ligados à panificação e do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf, além do Sebrae e Senac.

Para o presidente do Sampapão, Antero José Pereira, a Fipan já se consolidou como um ponto de referência para quem busca inovações e qualidade. “A Fipan é uma Feira de nível internacional, que esse ano gerou cerca de R\$ 800 milhões em negócios. Foram 300 estandes, sendo 40 internacionais e 450 empresas expondo. Ao longo dos quatro dias recebeu cerca de 60 mil visitantes, vindos de 1.400 cidades de todos os estados brasileiros. Esse sucesso demonstra a pujança desse momento da panificação”.

Ao todo o setor reúne cerca de 63 mil padarias, sendo 12.800 no Estado de São Paulo. Desse total, 6 mil estão na Capital e Grande São Paulo. Com um crescimento médio de 11,6% ao ano, o setor movimenta algo em torno de R\$ 70,29 bilhões, representando 2% do PIB Nacional.

Além dos expositores, a Feira ofereceu cursos e palestras nos estandes do Sesi, da Fiesp e do IDPC. Nesse último a animação foi total. Ao término das aulas, além da degustação dos pratos feitos, o apresentador Márcio Minucci sorteava um bolo entre os presentes. Cerca de 1000 pessoas se inscreveram nas aulas.

A TV Sampapão também promoveu uma programação especial com a apresentação de várias mesas redondas que abordaram temas de interesse dos panificadores, como inovação para as padarias, tendências de produtos, grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíada) e a adequação a NR-12.

O Comitê Feminino do Sampapão marcou presença promovendo

do uma Campanha para coleta de resíduos sólidos. Os resíduos coletados em 11 estandes participantes, foram destinados à Associação Assistencial e Profissionalizante Visarte, uma entidade que atua na acolhida e capacitação profissional através do artesanato sustentável.

Foram coletados quase uma tonelada de resíduos, entre latas de alumínio, papelão e plástico. Como já ocorre tradicionalmente, a Visarte também coletou alimentos ao final da Feira. Ao todo foram doadas mais de duas toneladas de alimentos, que foram distribuídos para famílias atendidas pela Associação.

crédito – Divulgação



Curso IDPC



Solenidade de Abertura



SINIEM INVESTE EM INFORMAÇÃO

O Siniem (Sindicato Nacional da Indústria de Estamparia de Metais) tem trabalhado na busca do fortalecimento da relação com as empresas associadas. Para tanto, o Sindicato tem procurado fornecer informações sobre as boas oportunidades de negócios e investe na divulgação de todas as ações que possam interessar aos fabricantes de embalagens e de componentes metálicos.

Um dos exemplos é a realização do Congresso Internacional de Fornecedores para Tintas, da Abrafati (Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas).

O setor de tintas é um dos mais importantes parceiros para as empresas produtoras de latas de aço e torna o evento um excelente espaço de relacionamento, explica o presidente do Siniem, Antônio Carlos Teixeira Álvares.

O Congresso é um fórum específico que recebe visitantes de várias partes do país. “É uma oportunidade importante para mostrar as novidades do setor. A lata de aço é um produto fundamental para o setor de



tintas, pois garante resistência ao empilhamento, é inviolável e protege a tinta de agentes externos. Outro atributo da lata de aço é a sua litografia que valoriza as marcas nos pontos de venda e permite a impressão de informações úteis ao usuário”, acrescenta.

O Congresso Abrafati 2013 deverá reunir cerca de 260 empresas, dentre elas a Brasilata, Cerviflan e Litografia Valença. O evento acontece entre os dias 16 e 18 de setembro, no Expo Center Norte, em São Paulo.

Reciclagem

Em breve os fabricantes de latas de aço deverão contar com o primeiro Centro Prolata de Reciclagem, na capital de São Paulo. Os centros serão rapidamente replicados nas demais cidades sedes da Copa de 2014. Esses centros comprarão as embalagens de aço pós-consumo e garantirão a reciclagem do material coletado por meio de usinas siderúrgicas.

A iniciativa é da Associação Prolata Reciclagem, formada por empresas fabrican-



tes de latas de aço e irá atender as determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). “Todas as empresas estão preocupadas em atender a legislação. A iniciativa da Prolata é importante pois oferece uma alternativa viável para a reciclagem. Vale destacar que os metais são considerados materiais permanentes pela União Europeia, pois permitem infinita reciclagem e retornam a sua condição original de matéria-prima”, afirma Álvares.

O Siniem está acompanhando de perto os trabalhos da Prolata, de forma a manter as empresas associadas informadas sobre o início das operações do Centro.

SINDINSTALAÇÃO INVESTE NO PROJETO DE ÍNDICES SETORIAIS

O Sindinstalação (Sindicato da Indústria da Instalação do Estado de São Paulo) está elaborando ação que apresentará os principais índices de reajuste do setor. A proposta é envolver toda a estrutura de custo dos insumos utilizados na cadeia das indústrias de instalações e mão de obra do setor, explica o presidente José Silvio Valdissera.

Segundo o presidente é preciso ter esses índices setoriais para amparar o segmento diante dos desequilíbrios econômicos contratuais e nas necessidades de adequação de reajustes da prestação de serviços pelas instaladoras.

O primeiro passo foi identificar os critérios para o levantamento de dados, análise e identificação dos insumos, objeto das fórmulas paramétricas, enfim a estrutura de custos colhida junto a Entidade e empresas associadas. O segundo passo, que será realizado em breve,

em parceria já decidida com a Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), será o início efetivo do trabalho. “Temos certeza que essa ação trará grandes benefícios às empresas do setor”, finaliza Valdissera.

Sindinstalação clareia a Desoneração da Folha de Pagamento do Setor

A Lei 12.844, que retoma o regime de desoneração da folha de salários e contribuição previdenciária para o setor das instaladoras foi tema de palestra realizada no auditório do Sindinstalação, no último dia 12 de agosto.

Os advogados da HBC Advogados Associados, consultoria jurídica do Sindicato, esclareceram as principais dúvidas dos associados presentes. Ao todo 32 pessoas, entre colaboradores de RH, dos departamentos jurídicos e diretores de empresas participaram do encontro.



Advogados tiraram dúvidas sobre a Lei

Durante a palestra, ministrada pelos advogados Felipe Ceccotto Campos e Manuel Eduardo Borges, os presentes evidenciaram as inúmeras incertezas e complicações no período inicial do novo regime, em razão da não votação e perda de vigência da Medida Provisória n. 601. Os jurídicos esclareceram os pontos pacíficos e controversos ao setor ainda a serem esclarecidos pela Receita Federal, acerca do novo regime de contribuição patronal de 2% sobre a receita e da aplicação do percentual de 3,5% na retenção

dos serviços prestados com cessão de mão de obra, sobretudo para a fase de transição do antigo para o novo regime.

A nova Lei também confirmou a extensão da desoneração para as empresas de obras de infraestrutura enquadradas nos grupos 421,422,429 e 431, da CNAE 2.0, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Para facilitar o acesso às informações, o Sindinstalação disponibilizará às empresas um novo memorando com detalhes sobre a Lei 12.844, assim como os slides da palestra - no site www.sindinstalacao.com.br.

SIMMESP ELEGE NOVA DIRETORIA

Tomou posse no último dia 5 de agosto, a nova diretoria do Simmesp (Sindicato da Indústria da Malharia e Meias no Estado de São Paulo). A eleição aconteceu nos dias 19 e 20 de junho, na sede da entidade. Na presidência permanece Elias Miguel Haddad, que terá um novo mandato até agosto de 2016.

A expectativa da nova diretoria é manter o trabalho que vem sendo desenvolvido, fortalecendo a relação do Sindicato com os associados. “Nossa indústria precisa de ações efetivas que contribuam para o aumento da competitividade. Precisamos estar atentos as ações tributárias, acompanhar a concorrência e, principalmente, estar abertos a novas oportunidades de negócios”, diz o presidente.

Para Haddad está na hora do setor têxtil inverter algumas posições. Tão afetado pelos produtos que chegam da China, o mercado brasileiro começa a estudar a possibilidade de exportar. “Queremos dar oportunidade a empresários interessados em vender seus produtos para a China de participar da Feira

Chimport, em setembro, por exemplo”, explica.

O presidente do Simmesp afirma que as entidades da cadeia têxtil precisam mostrar ao governo que o setor do vestuário está sendo fortemente atacado. “O consumo brasileiro pode crescer se mantivermos uma posição em relação aos importados, pois 52% de tudo o que o Brasil importa em têxteis e confecção vem da China. No caso do vestuário são mais de 70% de importação chinesa. Isso só nos primeiros cinco meses deste ano. É um quadro deveras preocupante e ações efetivas deverão ser tomadas com urgência”.

Além das preocupações gerais com o mercado, Elias Haddad reforça que a nova diretoria deverá iniciar um trabalho mais específico, voltado para a ampliação do quadro de associados. “Precisamos de mais empresários reunidos em busca dos seus direitos. Novas cabeças sempre contribuem, são ideias novas que podem propiciar outras iniciativas do Sindicato”.



NOVA DIRETORIA

- Presidente: ELIAS MIGUEL HADDAD
- ADOLFO BOBROW
- ADRIANA DIOGO STRINGELLI
- AIRTON BOBROW
- ANTONIO DE PÁDUA PUPO NOGUEIRA
- CALIL NAKAD SOBRINHO
- CARLOS ALBERTO MAZZEU
- CARLOS ALBERTO PIMENTEL RAIA
- CARLOS EDUARDO HADDAD RAIA
- FELIPE NICOLAU KHOURY
- GUSTAVO LOT SOARES
- HEITOR CICUTO
- JOSÉ RUBENS RADOMYSLER
- MARCELO ANDRÉ KOVESI
- NICOLA FARES
- NICOLAU FARIDKHOURY
- RODRIGO ASSAD L. TONIOLLI MOGAMES
- RONALDO DANIEL HEILBERG

SIMDE: RELACIONAMENTO ENTRE ASSOCIADOS, GOVERNO E FORÇAS ARMADAS

Inicialmente batizado de SIMBE (Sindicato Nacional da Indústria de Material Bélico), o sindicato que representa o setor de defesa no Brasil foi criado em 1992 com o objetivo de dar suporte às atividades da ABIMDE (Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança) junto às Federações de Indústrias e trabalhar como entidade representativa da categoria na busca de políticas igualitárias, tendo por metas fundamentais: o crescimento do setor para uma posição de destaque no contexto industrial do país; a viabilização desta Indústria no mercado exterior; e a reafirmação da importância do setor perante órgãos do Governo e outras entidades.

No ano de 2002, seguindo uma tendência mundial, os associados decidiram trocar a

razão social da entidade para Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (SIMDE), que atua de forma efetiva como órgão negociador dos contratos de trabalho e que luta para que a indústria de defesa e segurança retome o posicionamento que alcançou em passado recente.

Mensalmente, ao lado da ABIMDE, a entidade realiza reuniões com suas associadas, apresentando novidades do segmento e levando aos empresários a oportunidade de estar em contato com representantes do governo e das Forças Armadas. Em recente reunião, realizada no mês de julho no Comando Militar do Sudeste (CMSE), em São Paulo, o Presidente do Sindicato, Carlos Erane de Aguiar, recebeu militares do Escritório de Projetos do Exército (EPEX). Na ocasião,

foi apresentado o atual status dos principais Projetos Estratégicos (PEE) da Força Terrestre. O evento contou com a participação dos seguintes palestrantes: General-de-Divisão José Carlos (Projeto Defesa Cibernética), General-de-Divisão João Roberto de Oliveira (Projeto SISFRON), General-de-Brigada José Fernando Iasbech (Projeto PROTEGER), General-de-Brigada Márcio Roland Heise (Projeto Defesa Antiaérea), General-de-Brigada R/1 José Júlio Dias Barreto (Projeto Astros 2020), Coronel José Henrique de Cássio Ruffo (projeto Guarani), Coronel Rossi (Projeto RECOP) e Coronel Novaes, que finalizou a apresentação falando sobre as possibilidades do estabelecimento de Parcerias Público Privadas (Projeto Unidade PPP).

Em muitas partes do

crédito – Divulgação

Carlos Erane de Aguiar



mundo, o setor de defesa é considerado estratégico, não apenas por salvaguardar fronteiras e garantir a soberania nacional, mas também por ser um segmento multidisciplinar, fomentando a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, aplicável tanto no próprio setor como no dia a dia da sociedade civil. Alavancar a tecnologia e estimular o desenvolvimento do país são, portanto, premissas inerentes às atividades da indústria de defesa.

PAÍS CRIA REGRAS QUE DIFICULTAM VIDA DAS EMPRESAS

Mais uma vez a diretoria do Sifumesp (Sindicato das Indústrias de Funilaria e Móveis de Escritório do Estado de São Paulo), saiu em defesa das empresas associadas, e adotou uma postura firme diante da decisão unilateral do governo, no que diz respeito ao “reintegra”.

De acordo com o presidente Mario Eugênio Frugiuele, depois de muita discussão, o governo acordou a devolução de 3% dos impostos pagos e embutidos no custo das empresas exportadoras, percentual muito abaixo dos cálculos técnicos que solicitavam 10%. “O governo, em uma visão estrábica do assunto, justificou o final do benefício pelo aumento da taxa do dólar, que teria compensado a diferença do imposto exportado. Ledo engano. As autoridades empossadas, acreditam no despreparo e desconhecimento dos contribuintes, atribuindo valores errados aos fatos geradores e esperando que os representantes das enti-

dades mantenham-se em estado de inércia.”

Outro ponto que continua trazendo descontentamento aos empresários é a multa de 10% sobre o FGTS. “Mais uma vez, em nome do social, o empresariado teve que arcar com o resultado da má gestão pública. O Sifumesp posicionou-se firmemente a este respeito, fazendo coro com outras entidades sindicais representadas pela Fiesp, fortalecendo a posição de exigir a extinção de mais este absurdo tributário”,

Para Frugiuele enquanto os empresários se voltam para as empresas na tentativa de viabilizar seus negócios, o governo cria mais normas e obrigações aos mesmos, esquecendo-se que a cada nova obrigação, criam-se despesas administrativas muitas vezes com a necessidade de contratação de novos funcionários, sistemas, aumentando o custo das empresas e complicando o ambiente de negócios.

Neste momento, afirma, é que torna-se imperativo uma boa representação dos interesses das empresas por meio de um sindicato eficiente, ágil e acima de tudo presente nas discussões e acompanhamentos dos mais diversos temas que interferem no cotidiano das empresas. “É o caso da nova imposição do chamado “Siscoserv”, uma obrigação às empresas que enviam seus representantes ao exterior e agora precisam justificar todas as despesas de serviços pagos,

em um formulário próprio, ocupando tempo, pessoal e recursos que poderiam estar sendo gastos na geração de negócios, com burocracia que nada resulta ao ambiente de negócios. Enquanto a maioria das Nações facilita e incentiva o comércio exterior, o Brasil cria normas e regras que complicam a vida do empresário e das empresas, partindo do pressuposto de que somos todos integrantes de uma quadrilha de maus intencionados e péssimos cidadãos”, finaliza Frugiuele,



Mário Eugênio Frugiuele

SIETEX ORIENTA SOBRE CUIDADOS COM RESÍDUOS

O Sietex (Sindicato das Indústrias de Especialidades Têxteis do Estado de São Paulo), iniciou um trabalho para orientar os associados sobre a necessidade de dar mais atenção às questões ambientais. Para tanto, promoveu uma reunião na sede da entidade, com a gerente do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Anícia Pio.

No início de maio, durante reunião para reativação da Câmara Ambiental realizada na sede da Fiesp, Anícia e o diretor do DMA, Eduardo San Martín, alertaram para a necessidade dos Sindicatos promoverem reuniões internas para avaliar quais os seus principais problemas.

Dessa forma, garantiram, ficaria mais fácil formar grupos maiores para discussão dos temas afins. “A Câmara pretende estimular os Sindicatos a debater internamente com seus associados sobre os principais

assuntos ambientais que afetam as empresas e trazê-los para discussão”, ressaltou à época San Martín.

Pensando nisso, o presidente do Sietex, Paulo Henrique Schoueri, decidiu iniciar esse processo, chamando a gerente do DMA. “Procurei mostrar que eles precisam começar a se preocupar com os seus resíduos. Aquele fabricante de um carpete, de um tecido, precisa saber qual será seu destino final, pois ele também é responsável”.

Embora muitos setores ainda não tenham sido elencados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Anícia alerta que a lei não isenta ninguém, então todos terão que estar minimamente estruturados e começando a se preocupar com o assunto.

A partir de 2014 as empresas não poderão mais dispor, mesmo que num aterro, seus resíduos, principalmente em função deles poderem ser reapro-

veitados ou reintroduzidos na cadeia produtiva. “Temos pouco mais de um ano para o setor se preparar com alguma proposta para dar uma adequação à reinserção na cadeia desses seus produtos pós-consumo”.

Para o presidente do Sietex,

a questão ambiental é uma preocupação para todos os setores organizados da economia. Temos que estar preparados para responder aos anseios da sociedade e colocar nossas empresas em condições de ajudar a garantir um futuro sustentável”.

Anícia Pio



Paulo H. Schoueri



SETOR DE JOIAS COMEMORA SUCESSO DA TECNOGOLD

O Sindijóias (Sindicato das Indústrias de Joalheria, Bijuterias e Lapidação de Gemas do Estado de São Paulo), está comemorando o sucesso da realização da 16^a Tecnogold - Feira de Tecnologia, Gemas e Design. O evento, organizado pelo Sindicato com patrocínio do Sebrae e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), reuniu profissionais do setor joalheiro e fornecedores de máquinas e equipamentos.

Para o presidente do Sindijóias, Aliomar Nogueira Teixeira, a Feira demonstra a disposição do setor joalheiro para investimento em máquinas e equipamentos. Com a presença de expositores italianos, americanos e turcos, o evento recebeu cerca de 2,8 mil visitantes, ao longo dos três dias, e mais de 80% entre “bom” e “ótimo”, na avaliação feita pelos expositores.

Os números apurados ao final do evento, demonstram seu sucesso, explica o presidente. “69% dos participantes afirmaram que aumentaram seus contatos em até 25%, enquanto 80% disseram

que venderam mais que na edição passada”.

O resultado da avaliação das palestras também foi comemorado pela organização da Feira. Do total de participantes, 76% considerou que as palestras foram ótimas ou boas.

O sucesso do evento aumenta ainda mais a responsabilidade e a expectativa para o próximo. “Não houve apenas uma inovação, mas um conjunto. A modificação no conteúdo das palestras; a mudança do local; o aumento do número de expositores internacionais; maior investimento dos expositores nacionais; enfim, temos todo um conjunto de inovações”, explica Teixeira.

“69% dos participantes afirmaram que aumentaram seus contatos em até 25%, enquanto 80% disseram que venderam mais que na edição passada”

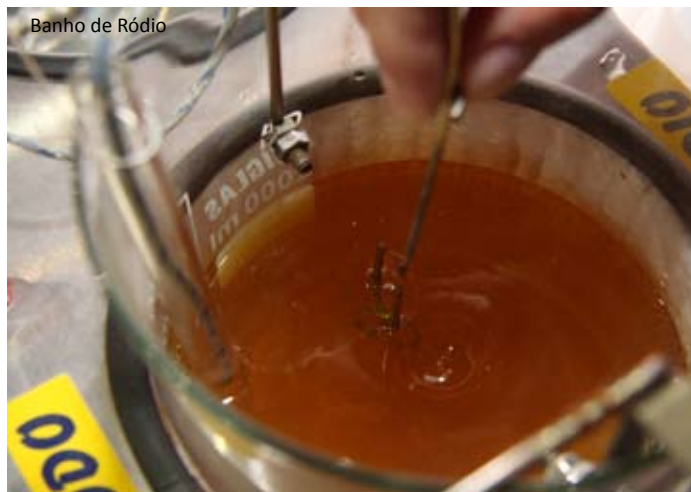
Pedras em destaque



Máquinas com alta tecnologia



Banho de Ródio



DERIVADOS DE CARNE CONTINUAM SEM ISENÇÃO

Nos últimos meses o governo vem intensificando a política de desoneração de vários produtos, iniciativa que a diretoria do Sindicarnes (Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado de São Paulo) considera louvável. A carne bovina, por exemplo, é um dos produtos beneficiados por essa política, por ser considerada essencial para a alimentação da população.

O que o Sindicato não entende é qual o motivo para que essa desoneração não chegue aos produtos derivados da carne, como os representados pelo Sindicarnes. “Embora não sejam reconhecidos pela legislação, os embutidos também possuem papel importante na alimentação das camadas mais pobres da população”, ressalta o vice-presidente Rodrigo Vogel.

Ele cita como exemplo a salsicha, que além de possuir preço muito inferior ao da carne, rende muito mais na hora do preparo. “Consideramos excelente a desoneração da carne, não é essa a ques-

tão. Agora se compararmos, quantas vezes por semana uma família consome carne e quantas vezes ela troca a carne pelos embutidos, veremos que a desoneração aumentaria o consumo dessa proteína nas mesas”, questiona.

Isto também ocorre nos países do chamado “primeiro mundo”, onde os embutidos são a principal fonte de proteína da população menos favorecida, uma vez que são mais baratos do que a carne bovina, suína ou de aves.

Vogel lembra que a lei 12839/13, não permitiu a inclusão da mortadela e da linguiça na desoneração do PIS e Cofins. “Por terem um valor menor, com a isenção esses produtos se tornariam ainda mais acessíveis. A população carente poderia aumentar o consumo sem aumentar os gastos”.

As pessoas criaram a falsa impressão de que os embutidos são consumidos apenas no lanche, explica o diretor. “Isso não é verdade. A linguiça, a salsicha, a mortadela, além de outros embu-



Rodrigo Vogel

“A linguiça, a salsicha, a mortadela, além de outros embutidos, são produtos que integram as refeições de muitos cidadãos, e nenhum deles foi incorporado à cesta básica da desoneração do PIS e da Cofins.”

tidos, são produtos que integram as refeições de muitos cidadãos, e nenhum deles foi incorporado à cesta básica da desoneração do PIS e da Cofins. Esta na hora de ampliarmos a relação dos produtos que integram essa cesta, de acordo

com o que realmente está na mesa do brasileiro”.

O Sindicarnes está trabalhando junto às esferas governamentais para o começo desse desvio de visão e na obtenção da justa desoneração em prol do consumidor.

SINDICALÇADOS REALIZA NOVAS AÇÕES

Em agosto a cidade de Jaú comemora 160 anos e o Sindicalçados Jaú (Sindicato da Indústria de Calçados de Jaú) aproveita o espírito festivo para promover ações em prol do fortalecimento do associativismo e do desenvolvimento do setor. “As mudanças de comportamento no mercado, requerem agilidade e inovação para atender as novas exigências. Face a essas mudanças estamos reestruturando o planejamento das ações do Sindicalçados com apoio da FIESP e com isso novos projetos deverão ser implantados nos próximos meses”, ressalta o presidente do Sindicato Caetano Bianco Neto. Confira algumas ações:

Grupo de Recursos Humanos

Reunião de profissionais das empresas associadas para troca de experiências e conhecimento, através da discussão de assuntos técnicos, legais e de capacitação, contribuindo para o desen-

volvimento profissional e dos departamentos das empresas. Os encontros acontecerão mensalmente e sempre que necessário serão convidados especialistas para auxiliar na exposição dos temas em questão.

Apresentação do Prêmio Mulher de Negócios 2013

Com objetivo de aproximar as empresárias associadas, o Sindicato promoveu um café da manhã, no último dia 7, no qual apresentou o prêmio Mulher de Negócios 2013, organizado pelo SEBRAE. De acordo com o presidente Caetano Neto, “a entrada de mulheres no setor de fabricação do calçado foi um

avanço, tornou as fábricas muito mais organizadas e um ambiente mais alegre”. O Gestor do SEBRAE incentivou a participação das empresárias e destacou que elas deverão se surpreender ao contar suas histórias.

SENAI Mix Design 2013

– Os profissionais do SENAI, apresentaram as inspirações para a Coleção Outono Inverno 2014. Francienne Hernandes, designer do SENAI, apresentou o tema “VIDA”, escolhido para nortear os conceitos da coleção. “A proposta é refletir sobre o sentido da vida, que se completa com a união dos aspectos físico,

individual e social. O grande desafio da humanidade hoje é equilibrá-los”. Para o presidente Caetano Neto, “a participação maciça dos profissionais da área demonstra que os mesmos buscam o aprimoramento, o que é um importante passo para a solidificação do pólo como produtor de moda.”

Novo site do Sindicato - o novo site desenvolvido junto a FIESP já está on-line (www.sindicaljau.com.br), agora mais dinâmico e objetivo. Além do site, o Sindicalçados conta com uma fan page no facebook (SINDICALÇADOS JAÚ), uma forma prática de divulgar os eventos e novidades do setor.

Palestras recebem grande público



Tendências

SINDRATAR-SP, CONHECIMENTO E ATUALIZAÇÃO

O setor de HVAC-R (Refrigeração e Ar Condicionado) apresenta um forte crescimento no mercado. Sua evolução é anual e gera hoje mais de 250 mil empregos diretos. Com o crescimento econômico e forte investimento em infra-estrutura esportiva, alimentícia, turística e saúde, os setores de ar condicionado, refrigeração, ventilação e aquecimento procuram cada vez mais profissionais qualificados que atendam esta nova demanda.

Tais investimentos reforçam a importância da Febrava (Feira Internacional de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação, Aquecimento e Tratamento do Ar), a principal feira do setor, com grande reconhecimento internacional, que apresenta novas tendências, produtos, inovações tecnológicas e diversas novidades para profissionais atentos as oportunidades e ao mercado.

A Febrava é um grande espaço para a troca de experiências, análise de tendências e acima de tudo para a realização de grandes

negócios. Os principais players do mercado de HVAC-R do Brasil e do exterior estarão presentes, em busca de parcerias que gerem excelentes resultados, além de empresas atuantes em território nacional, o evento tem assegurado a presença de expositores representando sete países diferentes: Alemanha, Brasil, China, Itália, Suécia, Suíça e Turquia. A expectativa dos organizadores é reunir 250 expositores, o que representa crescimento de 30% sobre sua edição anterior.

Nos quatro dias de realização a Febrava deverá receber a visita de mais de 30 mil interessados e compradores atraídos pela exposição de mais de 550 marcas nacionais e do exterior numa área total de 38 mil m².

Compradores internacionais

A Febrava 2013 vai contar com três ilhas temáticas dedicadas ao Meio Ambiente, Salas Limpas-SBCC e profissionalizante SENAI. Haverá também a Rodada Internacional

crédito – Divulgação



Homenagem aos alunos da Escola Senai "Oscar Rodrigues Alves", durante a Febrava, pela participação na Olimpíada do Conhecimento

de Negócios com a presença de compradores convidados da América do Sul e Central, Emirados Árabes e África.

Atraídas pelo desempenho da economia brasileira, conhecida hoje no mundo por ser uma das maiores e com potencial de crescimento, 13 empresas internacionais já confirmaram participação na Febrava como uma plataforma de entrada no mercado local.

O evento tem apoio institucional do Sindicato das

Indústrias de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar no Estado de São Paulo (Sindratar-SP).

SERVIÇO - 18ª Feira Internacional de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação, Aquecimento e Tratamento do Ar
De 17 à 20 de setembro de 2013
Centro de Exposições Imigrantes
Periodicidade: Biental
Entrada: Feira especializada com entrada mediante credenciamento online.

SETOR PESQUEIRO PRECISA TER CONCEITO DE CADEIA

Organizar a cadeia produtiva. Essa é, na opinião do presidente do Sipesp (Sindicato da Indústria da Pesca no Estado de São Paulo), Roberto Kikuo Imai, o passo principal para tornar competitiva a exploração da pesca nacional. Segundo Imai, todos precisam fazer a sua parte. “O mundo é nosso concorrente e o nosso mercado. Precisamos ser competitivos em nível mundial como as cadeias de bovinos, suínos, dentre outros”.

Diante do Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, na solenidade de lançamento do edital de concorrência para a concessão de áreas para o cultivo de pescado em águas da União no Estado de São Paulo, realizado no dia 2 de agosto, na capital, o presidente do Sipesp lembrou que esse processo de recuperação do mercado depende de políticas estruturantes. “É preciso agregar valor, criar um conceito de cadeia na linha de crédito, mas não temos os

tomadores, não há projetos de longo prazo e não temos inovação”, afirmou.

O edital de concorrência lançado pelo Ministro pretende dar um impulso à produção de pescados em lagos, reservatórios e no litoral do Estado de São Paulo. Segundo Crivella, a proposta é transformar São Paulo, de estado consumidor a produtor. “É um passo importante para São Paulo voltar a ter produção a altura do seu potencial”.

Ao todo dois editais foram lançados, o que deverá au-

mentar a produção em 23 mil toneladas. “Era preciso simplificar os processos para os produtores. Estamos destravando o processo produtivo e desburocratizando o licenciamento ambiental”, destacou o ministro. “A aquicultura é o caminho para que o Brasil se transforme em um grande produtor de pescados”, analisou.

Plenária

Depois de participar do evento de lançamento dos editais, o presidente do Sipesp

promoveu uma reunião Plenária com os associados, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Na oportunidade foram discutidos temas de interesse da categoria, como ICMS, rodízio de veículos, propostas de inovação e peculiaridades da atividade que afetam o setor de forma geral. “Esses encontros são importantes pois podemos alinhar as ações e manter todos atualizados do que está acontecendo no Sindicato e na atividade”, finalizou Imai.



Roberto Imai em Plenária (à direita)

NEGOCIAÇÃO COLETIVA - O SINDICATO

É muito comum ouvirmos que “tal mês” é o mês do dissídio coletivo de determinada categoria para o reajuste salarial. Traduzindo para o mundo técnico jurídico, isto significa que é o mês da data-base dessa categoria econômica e profissional para o processo de negociação coletiva entre os sujeitos dessa relação, visando celebrar a convenção coletiva de trabalho, que estabelecerá direitos e obrigações para as empresas, os empregados e as entidades sindicais abrangidas.

Essa equivocada conotação atribuída ao “dissídio coletivo” traz uma questão cultural do nosso ordenamento jurídico: um conflito de interesses normalmente é decidido pela via judicial, isentando as partes da responsabilidade de solucioná-lo diretamente. No Direito Coletivo do Trabalho há que considerar, ainda, o poder normativo que era atribuído à Justiça do Trabalho para a solução de um conflito coletivo de trabalho. Era muito comum que as partes recorressem ao Judiciário Trabalhista para que este decidisse o conflito coletivo, ocorrido por ocasião das negociações coletivas de determinada categoria.

Mas, essa solução jurisdic-

cional foi alterada com a Emenda Constitucional nº 45 de 2004, que modificou a redação do artigo 114 da Constituição Federal, especificamente no que se refere ao processo de dissídio coletivo do trabalho. A instauração judicial do dissídio coletivo, a partir dessa data, somente pode ser realizada de comum acordo pelas partes.

A referida alteração no texto constitucional veio ratificar o processo de negociação coletiva como a mais importante forma de solução de conflitos coletivos do trabalho. A busca pela solução jurisdicional dependerá da frustração da negociação coletiva e, ainda assim, estará condicionada a um novo entendimento entre as partes para o ajuizamento do dissídio coletivo de trabalho.

Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 8º, VI, estabelece a obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho pelos trabalhadores. Por sindicatos entendam-se as entidades sindicais do sistema confederativo. Além das entidades sindicais representativas da categoria econômica, as empresas possuem também legitimação para atuar como sujeitos da nego-

ciação coletiva, de forma isolada ou em grupos.

Dependendo do nível da negociação, por categoria ou por empresa, serão os efeitos do respectivo instrumento coletivo: convenção coletiva de trabalho, abrangendo toda a categoria econômica e de trabalhadores representada, ou acordo coletivo de trabalho, aplicando-se especificamente para a(s) empresa(s) signatária(s) e seus empregados.

O sindicato, como um dos protagonistas da interlocução social, tendo maior legitimidade assumirá mais responsabilidade na defesa dos direitos e interesses dos seus representados e na criação de normas jurídicas, por meio do processo de negociação coletiva.

A negociação coletiva no

âmbito da categoria, tendo como sujeitos os sindicatos patronais e de trabalhadores, traduz uma articulação e centralização desse processo de composição para normatizar as relações do trabalho, de forma ampla e geral para toda a categoria representada. A convenção coletiva de trabalho abrange e beneficia a todos da categoria, empresas e trabalhadores, indistinta e homogeneamente.

Assim, a negociação envolvendo os sindicatos patronais e de trabalhadores reforça a coesão das respectivas categorias, os interesses comuns e estabelece a mesma base de normas, direitos e obrigações, para as partes representadas.

Poderia se argumentar que a especificidade e realidade de cada empresa e dos respecti-



Julio Neto e Marco Vizioli (gerente Desin)

SINDICATO COMO INTERLOCUTOR SOCIAL

vos trabalhadores não estariam necessariamente retratadas numa convenção coletiva. Por outro lado, no processo de negociação do acordo coletivo não estariam essas empresas representadas por seus sindicatos patronais, com o suporte e alinhamento estratégico necessário com as demais empresas da sua categoria (muitas, inclusive, do mesmo segmento de atuação), condições estas que teriam numa negociação intersindical.

Além disso, esta sistemática individualizada de negociação direta pode expor ainda mais as empresas, uma vez que o foco das discussões passa a ser as suas eventuais fragilidades, cujas concessões, num momento de pressão, poderão vir a comprometer seus negócios em um futuro próximo.

Mas, essa questão não se limita apenas a amplitude dos níveis de negociação coletiva, se por empresa ou por categoria, mas aos novos paradigmas da sociedade moderna, que refletem nas relações de trabalho, como a globalização econômica, novas tecnologias industriais, novos modelos de trabalho (home office, teletrabalho etc), fragmentação dos interesses

dos trabalhadores, movimentos sociais, etc. Enfim, são novas demandas das empresas, dos trabalhadores, dos sindicatos e da própria sociedade.

É diante dessa nova ordem sócio-econômica que se encontram os desafios dos sindicatos, como legítimos interlocutores sociais nas relações coletivas do trabalho.

Nesse sentido, o DESIN - Departamento Sindical da FIESP tem atuado na condução dos processos de negociações coletivas de diversas categorias, visando a celebração das convenções coletivas de trabalho, que melhor atendam as realidades e as necessidades dos setores envolvidos, nessa nova dinâmica social.

Julio Maximiano Scudeler Neto

Diretor Titular Adjunto do

DESIN – FIESP

Advogado, especialista em Direito do Trabalho e mestre em Direito das Relações Sociais.

“CUSTO BRASIL E CÂMBIO COMPROMETEM A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA”

O Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), preparou um estudo com objetivo de quantificar o diferencial de preços (com base em 2012), no mercado brasileiro, dos produtos da indústria de transformação nacional ante aos importados, decorrente do Custo Brasil e da Valorização do real.

O estudo comprova que um bem manufaturado nacional é, em média, 34,2% mais caro que o similar importado dos principais parceiros comerciais, já contando com as alíquotas de importação vigentes, unicamente em função do Custo Brasil e devido a valorização do real em relação ao dólar.

Ao final do estudo, como esperado, o Departamento concluiu que os resultados indicam que o Custo Brasil é bastante significativo na determinação do

preço dos produtos industriais, constituindo-se no principal fator determinante da perda da competitividade da indústria de transformação.

Basta dizer que em 2012, enquanto a indústria de transformação recuou 2,5%, o comércio varejista cresceu 8,0%. A participação da indústria de transformação no PIB regrediu 13,3% em 2012, o menor patamar dos últimos 50 anos.

Além do Custo Brasil, a valorização do real contribuiu para esse quadro de perda de competitividade. Para o cálculo do Custo Brasil foram considerados seis grupos de fatores de ambiente de negócios (fatores sistêmicos) acrescido da valorização do real.

Em 2012 o real encontrava-se valorizado em 14% em relação ao dólar, com exceção da Suíça, EUA e o Euro, todas as economias parceiras apresen-

tam valor negativo no índice Big Mac, ou seja, têm taxas de câmbio desvalorizadas.

As alíquotas do imposto de importação são insuficientes para eliminar a desvantagem competitiva da indústria de transformação brasileira decorrente dos dois fatores em questão.

De fato, esse diferencial de preços, de 34,2%, deve ser o cerne de qualquer diagnóstico das causas do baixo nível de investimentos, pífio nível de atividade inovativa e reduzido crescimento econômico do Brasil, diz o estudo.

Mais que isso, conclui, os resultados evidenciam que a retomada da competitividade brasileira pressupõe a adoção de políticas de Estado dirigidas a eliminação ou redução expressiva do Custo Brasil e da valorização do real.

Parte das políticas requeridas para redução do Custo

Brasil somente terão resultado no longo prazo. Portanto, há necessidade de políticas públicas emergenciais estruturantes e permanentes, que proporcionem um ambiente de negócios com previsibilidade a longo prazo, e com condições isonômicas de competição para o setor produtivo doméstico ante a produção estrangeira.

O estudo completo pode ser visualizado no site do seu sindicato, bastando clicar no menu: “índices, pesquisa e publicações”.

“Um bem manufaturado nacional é, em média, 34,2% mais caro que o similar importado dos principais parceiros comerciais.”

SETOR DE BALANÇAS COMEMORA PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

Após dois anos de envolvimento direto, reuniões e conversas com o grupo CT09/SC02, da Divisão de Metrologia Legal do Inmetro, o Sibapem (Sindicato da Indústria de Balanças, Pesos e Medidas de São Paulo), comemora a publicação da Portaria 375, de 24 de julho de 2013.

O presidente Fernando Filizola destacou o excelente trabalho desenvolvido pelo grupo formado pelo Sibapem, contando com forte apoio dos associados Alfa Instrumentos e Toledo do Brasil, fez com que a portaria fosse “adequada de forma correta e plausível” à nova exigência de controle de software, além de modificar pontos fundamentais nas exigências metrológicas.

Anteriormente a publicação desta Portaria as balanças automáticas eram cobertas parcialmente, no campo de



aplicação, pela portaria MTIC nº63/1944 que determinava que suas instruções aplicavam-se a todos os instrumentos de pesar empregados nas transações comerciais, e já previa as balanças automáticas neste uso.

A portaria MTIC nº63/1944 foi parcialmente revogada pela portaria Inmetro nº 236 de 1994, e teve seus demais itens revogados pela portaria Inmetro nº 236 de

2012, com a ressalva que os instrumentos de pesagem automáticos para pesagem de veículos rodoviários em movimento aprovados na vigência da Portaria MTIC nº63/1944 poderiam ser submetidos às verificações até a publicação de regulamentação específica.

Curiosamente, explica Filizola, um dos efeitos da portaria Inmetro nº 484/10 é fazer com que sejam criadas novas portarias para instrumentos

de medir. Um destes casos foi o agora aprovado RTM de Instrumentos de Pesagem Automático para uso rodoviário em movimento.

Outros casos (como balanças de fluxo, balanças de pesagem dinâmica ferroviárias) que possuem recomendações internacionais dentro da OIML, e que anteriormente à portaria Inmetro nº 484/10 eram tratados com a devida aprovação de modelo pela Divisão de Metrologia Legal do Inmetro com o procedimento de ensaios apensados à portaria, ficaram agora de fora da aprovação e controle metrológico desde que não tenham portaria de aprovação de modelo sob as regras anteriores. “Entendemos que por esta regra pode haver um risco de dano, desqualificação do mercado, bem como de possíveis desvantagens comerciais”.

SETOR DE LOUÇAS COMEMORA VOLTA DA COMPETITIVIDADE

O mês de julho foi bastante agitado para os associados do Sindilouça (Sindicato da Indústria de Cerâmica de Louça de Pó de Pedra da Porcelana e de Louça de Barro no Estado de São Paulo). Após um longo período de trabalho, foi publicada a Resolução nº 57, de 24 de julho de 2013, que estabelece uma sobretaxa por kg para as importações de louça de mesa provenientes da China.

Para o presidente Angelo Carmelo Consolo, isso dará às indústrias a oportunidade de continuar produzindo e crescendo. “Estávamos negociando a preços irrisórios por força de uma subvenção do governo chinês nesta concorrência desleal. A Resolução nº 57 dará as indústrias a oportunidade de continuar no mercado, aumentando a produção e, consequentemente, o crescimento no país”.

Nos dias 20 e 27 de julho, o Sindicato promoveu, na Escola Senai Mário Amato, o curso de “Design como Processo mercadológico” e o Workshop “Utili-

zação de Tecnologias Digitais no Processo de Design na Indústria Cerâmica”, administrados pela designer Fernanda Moreira.

Continuando os trabalhos, foi realizado no dia 31, no Auditório da Associação Comercial de Pedreira/SP, a apresentação da proposta de plano de ação para o desenvolvimento gerencial e tecnológico de empresas do setor, com o objetivo de valorizar as empresas por meio de APL - Arranjo Produtivo Local, que será desenvolvido por meio de uma parceria do SINDILOUÇA com o SENAI, SEBRAE e SESI.

Esta reunião contou com a

participação do SEBRAE Campinas e do Senai Mário Amato. Ao todo 15 cerâmicas de Pedreira participaram do evento.

Inicialmente o Tesoureiro do Sindilouça e Diretor Adjunto da Central de Serviços da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Nelson Ferreira Dias, fez um breve histórico sobre os trabalhos já desenvolvidos pelo Sindicato no município.

Em seguida, a Analista do SEBRAE Campinas, Carla Cozer, apresentou a proposta de trabalho de construção do Arranjo Produtivo Local, destacando que o trabalho contará com o auxílio dos

Agentes Locais de Inovação (ALI) disponibilizados pelo SEBRAE.

Os agentes realizarão visitas nas empresas com o objetivo de fazer um diagnóstico das demandas empresariais e ações que farão parte do APL.

Para finalizar os trabalhos, o diretor da Escola Senai Mario Amato, Claudemir Facco de Oliveira, fez esclarecimentos sobre o laboratório cerâmico implantado no município de Pedreira, salientando a necessidade de criação de bases sólidas para o Arranjo Produtivo Local, colocando a Escola a disposição para aplicação de cursos voltados ao setor.



esq/dir – Claudemir Oliveira, Angelo Consolo, José Carlos Cavalcante e Nelson Dias

NOVA DIRETORIA DO SITIVESP TOMA POSSE

Uma solenidade na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), marcou a posse da nova diretoria do Sitivesp (Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes do Estado de São Paulo), no dia 18 de junho. O novo presidente Narciso Moreira Preto, fez questão de destacar o legado deixado pelo presidente emérito Roberto Ferraiuolo, salientando que manterá a base desse trabalho em defesa do setor, com imparcialidade e em prol de todos os associados.

Citou, também, a atuação do seu antecessor, Ricardo Stiepcich, que contribuiu para que ele possa dar continuidade na construção de uma instituição cada vez mais forte e representativa. Com base nessas experiências, Narciso Preto espera dar sequência ao trabalho de fortalecimento do Sindicato, apostando em parcerias com as entidades ligadas ao setor de tintas, investindo na modernização do departamento

Solenidade de posse



de eventos para que suas ações possam contribuir para uma melhor capacitação profissional dos aplicadores e incentivar o consumo de tintas, em prol do crescimento do setor.

Enfatizou a formação de uma diretoria com alta representatividade na produção de tintas e que o trabalho será participativo para que as ações e planos a serem traçados sejam focados nas necessidades dos associados.

O novo presidente lembrou que o Sitivesp é o elo entre a cadeia produtiva e a FIESP e que conta com a competente e bem adminis-

trada estrutura dessa entidade para lutar a favor das reivindicações e interesses do setor, aumentando conquistas para toda a cadeia.

Estrutura esta que foi ofertada tanto pelo vice-presidente, Nelson Pereira Reis, quanto pelo próprio presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que esteve na cerimônia cumprimentando os dirigentes ora empossados.

Skaf fez questão de ressaltar o bom relacionamento com o Sitivesp. “Quero renovar o agradecimento pela lealdade e apoio. É esse apoio que nos dá força para enfrentar o que for no caminho da produtividade. Esse

setor é muito importante para a cadeia da construção, e, dentro dessa Casa, pode contar comigo. Posso dizer que tenho orgulho em gozar da amizade, do relacionamento e lealdade de todos que aqui estão. Contem sempre comigo e com essa Casa”.

Alguns minutos antes, na abertura da solenidade, o presidente Ricardo Stiepcich, ao passar o cargo para o seu sucessor, lembrou sua trajetória dentro do Sindicato e chegou a dizer que sentirá saudades. Desejou uma boa gestão aos novos dirigentes, se colocando à disposição para o que precisarem dele.

SINDAREIA PARTICIPA DA CONSTRUCTION EXPO 2013

Sempre procurando contribuir positivamente para o desenvolvimento do segmento, o Sindareia foi uma das Entidades que apoiou a realização da Construction Expo 2013. A diretoria do Sindicato integrou o Conselho da Feira, na tomada de decisões. “Foi um orgulho para nossa Entidade participar ativamente desse Conselho. Ficamos felizes com o sucesso do evento, e em perceber a evolução da tecnologia disponível para o setor da construção civil”, destaca o presidente do Sindicato, Caco Auricchio.

De acordo com os organizadores, a Construction Expo 2013 – 2ª Feira Internacional de Edificações e Obras de Infraestrutura, realizada entre 5 a 8 de junho, em São Paulo, atendeu as expectativas dos promotores, entidades parceiras e expositores. A Feira se destacou por apresentar uma variedade de produtos inovadores para os diversos segmentos da construção, desde geradores solares fotovoltaicos e eólicos de última geração, passando por sistemas de reciclagem de esgoto e efluentes

com capacidade para purificar até 6.000 litros de água contaminada por hora, tubos de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) de grande diâmetro para drenagem pluvial, sistema construtivo para obras de contenção de taludes, encostas, proteção de margem, proteção costeira e canalização de córregos, resinas hidroativas utilizadas para contenção emergencial de vazamentos de água, novas soluções para canteiros de obras, módulos habitacionais, sanitários hidráulicos, tecnologia de última geração para reutilizar,

reciclar e flocular a lama bentonítica nas estacas escavadas, barretes e paredes diafragma, geossintéticos, plataformas móveis, formas, escoramentos, entre muitos outros.

Para Afonso Mamede, presidente da Sobratema (Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração), idealizadora e promotora da Feira, “esses exemplos ratificam o papel da Construction Expo 2013 como uma vitrine de exposição de inovações e de avançadas tecnologias em materiais, produtos e serviços para

o setor da construção, fomentando, dessa maneira, o desenvolvimento tecnológico do segmento.

O Sindareia apoiou ainda a realização da palestra sobre tecnologias de pesagem, promovida pelo Sindipedras (Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britadas do Estado de São Paulo) durante o Construction Congresso. “É papel fundamental do Sindicato apoiar iniciativas que agreguem informação ao negócio das empresas associadas”, ressalta o presidente Caco Auricchio.



SINDIBOR FECHA CONVENÇÃO COLETIVA

Embora todos os anos os Sindicatos patronais e de trabalhadores negociem suas convenções coletivas de trabalho, um ano nunca é igual ao outro. Este, na opinião da consultora jurídica do Sindibor (Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha no Estado de São Paulo), Laís Correa de Mello, é o principal aspecto que marca as negociações.

Segundo a consultora, que acaba de fechar a negociação com os trabalhadores para o ano de 2013/2014, cada ano tem um perfil, um cenário econômico diferente, situações diversas, mesmo sendo o mesmo setor. “Nosso trabalho é conciliar as reivindicações dos dois lados, encontrando um ponto de equilíbrio para tantas questões”, comenta.

Esse ano as negociações levaram cerca de 60 dias. Vale destacar que o Sindibor é o único Sindicato patronal do Estado de São Paulo que negocia com 13 Sindicatos de trabalhadores,

entre os da Capital e do interior. O Sindicato dos trabalhadores de Jacareí e São José dos Campos decidiu, esse ano, negociar separadamente do bloco.

No final das negociações foi concedido 8% a título de reajuste salarial, mais uma gratificação entre R\$ 120,00 e R\$ 150,00 (única sem encargos sociais). Embora houvesse pressão por aumentos reais significativos, as equipes de negociação fecharam em 1% de aumento real. Importante para empregados e empregadores foi a conquista de piso diferenciado para a categoria de artefatos de borracha e reforma de pneus. “Hoje a categoria tem piso para até 50 empregados, visando empresas de menor porte, e outros para acima de 50”.

A consultora ressalta que a negociação desse ano foi mais cautelosa, em função do mercado estar retraído. “Tomamos cuidado para não onerar ainda mais os custos com mão de obra”. Um dos resultados desse cuidado foi a vigência de cláusulas sociais

por dois anos, o que permite maior previsibilidade por parte dos agentes envolvidos.

De maneira geral, Laís Mello acredita que o resultado da convenção foi positivo para os dois lados. “Consegui-se ainda a alteração da cláusula social da livre negociação, o que significa que as negociações poderão acontecer livremente com os cargos de chefia, gerência e direção, de acordo com cada empresa”.

“No final das negociações foi concedido 8% a título de reajuste salarial, mais uma gratificação entre R\$ 120,00 e R\$ 150,00 (única sem encargos sociais).”



Laís Mello

EMPRESAS DEVEM FICAR ATENTAS ÀS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS

O Sincobesp (Sindicato Nacional dos Coletores e Beneficiadores de Subprodutos de Origem Animal) está atento às questões ambientais. Para tanto, tem acompanhado de perto a implantação da PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e as demais ações envolvendo a legislação ambiental.

De acordo com o presidente Gustavo Razzo Neto, a questão ambiental é fundamental para o setor, que já atende a uma legislação bastante rigorosa. Com objetivo de manter os associados bem informados, o Sindicato participou da reunião da Câmara Ambiental da Indústria, coordenada pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e também da 6ª Rede Temática, organizada pela Central de Serviços - CSER em parceria com o DMA, no último dia 23 de julho.

A 6ª Rede Temática teve por objetivo discutir as ações voltadas ao tema Cadastro Ibama. Pela primeira vez, desde que foi instituído pela Lei 6.938, de 1981, o Cadastro Técnico Federal (CTF), será objeto exclusivo de regulamentação no âmbito do Ibama. Até então, a Instrução Normativa (IN) nº 31/2009, era a norma que regulamentava o CTF, mas incluía também o Cadastro de defesa Ambiental, o Relatório Anual de Atividades e outros temas.

De acordo com as orientações do DMA, a nova IN nº 6, de 15 de março de 2013, traz em seu Anexo I, uma nova tabela de atividades potencialmente poluidoras, que substitui o Anexo II, da IN 31/2009. Uma das principais novidades é a obrigatoriedade do cadastramento para todas as pessoas físicas e jurídicas inscritas no CTF.

“Mais de três milhões de

pessoas terão que fazer esse cadastramento, conforme nos foi dito, então, quanto antes informarmos nossos associados, melhor”, ressalta a assessora jurídica do Sindicato Valdirene Ap. Dal’mas da Rocha Paes, que representou o Sindicato na Temática.

O período de cadastramento começou no dia 1º de julho. Confira a tabela:



Prazo	Público obrigado ao recadastramento
1º/07/2013 a 30/09/2013	Usuários do sistema DOF e pessoas jurídicas de porte grande, bem como suas respectivas pessoas físicas inscritas como responsável legal (dirigente).
1º/07/2013 a 31/12/2013	Pessoas jurídicas de porte médio e as entidades sem fins lucrativos não filantrópicas, bem como suas respectivas pessoas físicas inscritas como responsável legal (dirigente). Pessoas físicas inscritas que não se enquadram na condição de responsável legal (dirigente) de pessoa jurídica.
1º/07/2013 a 28/02/2014	Pessoas jurídicas de porte pequeno, microempresas, entidades públicas e entidades sem fins lucrativos filantrópicas, bem como suas respectivas pessoas físicas inscritas como responsável legal (dirigente)

PRESIDENTE DO SIMVEP DISCUTE A COMPETITIVIDADE

Um longo trabalho. Assim o presidente do Simvep (Sindicato da Indústria de Móveis de Junco e Vime e Vassouras e de Escovas e Pincéis do Estado de São Paulo), Manoel Canosa Miguez avalia o papel das entidades sindicais na luta por um mercado mais competitivo.

Ao longo desse ano, o presidente vem desenvolvendo inúmeras visitas, reuniões e até palestras, buscando mostrar a fragilidade da indústria diante dos efeitos do custo Brasil e da valorização do real. Em uma dessas oportunidades, durante um Seminário, realizado em abril de 2013, Miguez apresentou um estudo que demonstra bem a situação da indústria nacional e as perspectivas nada positivas para o futuro.

Para comprovar o que afirma, Miguez se baseia em números. Ele lembra que em 2012 o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil cresceu 0,9%, muito pouco em comparação com o PIB mundial,

que cresceu 3,2%, enquanto o da América Latina cresceu 3% e as economias em desenvolvimento 5,1%. “Nesse mesmo período a indústria de transformação recuou 2,8%. O comércio varejista cresceu 8,4% até novembro de 2012. Esse fraco desempenho da indústria é atribuído ao custo Brasil e a valorização do real”, afirma.

O juro real brasileiro é quase 8 vezes maior na comparação com a média ponderada pela participação de parceiros na pauta. Some-se a isso gastos ao longo da cadeia produtiva, custos com serviços a funcionários, o custo Brasil promove acréscimo de 25,4% em média no custo de produção da indústria de transformação, quando comparado com países parceiros.

A valorização do real é outro fator determinante. Em 2012 essa valorização chegou a 14%, logo, o preço (sem tributos indiretos) de um pro-

duto importado ficou em 87,7 contra 100. Na composição do preço final do produto industrial, além do custo Brasil e da valorização cambial, foram acrescidos os tributos indiretos, que incidem tanto no produto nacional, como no importado. Na comparação de preços com países parceiros a diferença chega a 34,2%, contra o Brasil. Ante a China esse percentual chega a 85,9%.

Para Miguez as alíquotas de importação são insuficien-

tes para eliminar a desvantagem competitiva da indústria de transformação brasileira, decorrente dos dois fatores em questão (custo Brasil e valorização do real). Há necessidade de políticas públicas emergenciais estruturantes e permanentes, que proporcionem um ambiente de negócios com previsibilidade a longo prazo, e com condições isonômicas de competição para o setor produtivo doméstico ante a produção estrangeira.



Manoel Canosa Miguez

OBRAS DO PAC ANIMAM A INDÚSTRIA FERROVIÁRIA E RODOVIÁRIA

As ações divulgadas no final de julho, pela presidente Dilma Rousseff, de incentivo a mobilidade urbana, deverão trazer ao setor rodoviário um novo estímulo. A observação é do presidente do Simefre (Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários), José Antonio Fernandes Martins.

O pacote apresentado pela presidente tem como destaque a construção de corredores de ônibus em avenidas importantes das zonas sul e leste da Capital, a maioria projetados no padrão Bus Rapid Transit (BRT, Trânsito Rápido de Ônibus).

A divulgação das obras vem de encontro às previsões do presidente do Simefre, que, apesar da retração apresentada pelo setor no ano passado, iniciou 2013 apostando na sua recuperação.

Os projetos de mobilidade urbana devem ainda envolver

o setor ferroviário, que esteve em pauta nos dias 30 e 31 de julho, no Seminário Ferrovias - Mobilidade Urbana, Transporte de Cargas e Indústria, realizado em Brasília, e organizado pelo MDIC, com a participação de diversos Ministérios, BNDES e órgãos Federais, do qual o Simefre participou através do seu presidente, vários diretores e associados.

O presidente Martins, na ocasião, enfatizou a importância do fortalecimento da cadeia produtiva de fornecedores e da exigência de maior conteúdo nacional nas concorrências públicas envolvendo a aquisição de trens. Aproveitou também para falar sobre os investimentos em mobilidade, com destaque para os oriundos do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). Segundo ele, a indústria nacional deverá ser impulsionada a partir da aplicação dos R\$ 91 bilhões

na construção e modernização de 10 mil quilômetros de linhas férreas. “O apoio do governo é fundamental para melhorar as condições de competitividade das indústrias do segmento. Essa ação da presidente demonstra a preocupação por parte do governo”.

Faz algum tempo que Martins chama atenção para o risco da desindustrialização e o fato do segmento da indústria de manufaturados, registrar déficits alarmantes entre exportação e importação. “O resultado está aí. Entre janeiro e julho, a balança

comercial registrou um saldo negativo de US\$ 4,989 bilhões, o pior saldo do comércio exterior do Brasil acumulado nos sete primeiros meses da série histórica, iniciada em 1993”.

Com o anúncio das obras do PAC da Mobilidade Urbana, o Simefre acredita que a indústria de transformação, segmento no qual a indústria rodoviária e ferroviária se enquadra, voltará a reagir. “Estamos atentos para trazer o maior número possível de informações aos nossos associados”, finaliza.



José Antonio F. Martins

SETOR MOVELEIRO APOSTA NO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO

O ano de 2013 deverá ser positivo para o mercado moveleiro, segundo números disponíveis no mercado. Para o presidente do Sindileme (Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Leme), Marco Antonio de Almeida, a estabilidade na produção se deve ao equilíbrio financeiro da população, que ainda mantém um padrão constante de consumo.

Existe a expectativa de crescimento no setor devido ao programa de incentivo Minha Casa Melhor do Governo Federal, destinado aos beneficiários do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Trata-se de uma linha de crédito específica, no valor de R\$ 18,7 bilhões, que servirá para a aquisição de móveis e eletrodomésticos em lojas de varejo credenciadas.

Estima-se que graças ao Programa o crescimento na indústria de mobiliário para os próximos 24 meses, será por

volta de 15%, o que acarretará aumento nas movimentações do setor em torno de 3,5 bilhões de reais.

Na região de Leme, explica o presidente Almeida, as empresas estão procurando um aumento de produtividade investindo em novas tecnologias, não só pensando nas vendas que crescem no final de ano, mas também neste novo programa de incentivo à indústria moveleira.

COTAS

Tão importante quanto acompanhar o desempenho do mercado, é ficar atento ao que exige a legislação. Por conta disso, o Sindileme lembra aos associados a importância do cumprimento da Lei Federal 8213/91, para evitar multas pesadas aos empresários.

Conhecida como a Lei de Cotas ela estipula vagas para pessoas com deficiência nas empresas com mais de 100 funcionários. As empresas que



possuem de cem a duzentos funcionários registrados precisam preencher 2% do quadro com deficientes. Já de 201 a 500 funcionários, a cota sobe para 3%. De 501 a 1 mil funcionários, 4%. De 1.001 em diante, 5%.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente no Brasil existem aproximadamente 306 mil trabalhadores com deficiência, formalmente empregados. A questão de empregabilidade de pessoas com deficiências exige muito mais do que boa vontade dos empregadores,

por ser uma questão de alta complexibilidade.

O presidente do Sindileme afirma que é preciso investir na capacitação desses colaboradores, promovendo processos de treinamento, seleção e colocação no mercado de trabalho bem fundamentados, analisando o perfil do candidato para desempenho das funções em cada vaga. “Desta forma alcançaremos uma cultura de inclusão efetiva, aproveitando o potencial de cada trabalhador, indo além do objetivo de apenas cumprir a Lei de Cotas”.

SINBI LEVA ESTANDE COLETIVO PARA FRANCAL

Setor calçadista terá comitê orientador dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Birigui marcou presença na 45ª Francal, a maior Feira de negócios do setor calçadista do Brasil. Durante os quatro dias de evento, 15 empresas associadas ao Sinbi ((Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui), participaram do estande coletivo que contou com apoio institucional do sindicato e subsídio do Sebrae-SP e Prefeitura de Birigui.

No total, as empresas do estande coletivo venderam R\$ 3,6 milhões para o mercado interno, o que indica aumento de 75% nas vendas. Para o mercado externo, foram realizados R\$ 149 mil em negócios. A Feira gerou expectativa de negócios

em torno de R\$ 4,8 milhões.

De acordo com o presidente do Sinbi, Nelson Giardino, o que mais atraiu os compradores foi a diversificação dos produtos apresentados no estande do polo. “Os lojistas puderam apreciar produtos com valor agregado. Além disso, encontraram os segmentos infantil, feminino e masculino adulto, que resultam em grandes oportunidades para aprimorar as prateleiras de suas lojas. A Feira foi muito bem visitada. Os lojistas presentes estavam dispostos a comprar”, afirma.

Outro ponto bastante comemorado pelo presidente do Sinbi foi a reunião com o Secretário de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia, Rodrigo Garcia, que esteve na Feira a convite do Sindicato. O ponto alto da reunião, realizada no estande da Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados) foi o pedido do Sinbi para a criação de um Comitê Orientador do segmento de cal-

çados junto ao governo, o que, segundo o Secretário garantirá um diálogo permanente para solução dos problemas do setor. A coordenação do Comitê ficará a cargo do assessor direto do Secretário, Paulo Delgado.

Trata-se de uma iniciativa inédita, o que demonstra a sensibilidade do secretário para com a indústria calçadista do Estado. Para o presidente do Sinbi, essa foi a reunião mais importante para o setor calçadista já realizada em uma Feira. “Nós pedimos e o Secretário aceitou o Comitê. A nossa voz estará dentro da Secretaria, isso vai facilitar muito na criação e no desenvolvimento de projetos, de uma política para o setor de calçados”.

O Comitê, explica o Secretário Rodrigo Garcia, deverá servir de modelo para os demais segmentos. “A ideia é fazer com que a área de calçados seja referência para outros setores produtivos, nos ajudando a agilizar a tomada de decisões”.



Abertura Francal



Silvia Mestriner, Pedro Barnabé e Nelson Giardino



Visita secretário Rodrigo Garcia ao estande



Reunião com secretário Rodrigo Garcia

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Sindmilho e Soja desenvolve propostas para associadas

Um dos conceitos de responsabilidade social empresarial aponta para a preservação dos recursos para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades.

Relatório divulgado pelo Sebrae (2010), aponta que aproximadamente 52,3% das pessoas economicamente ativas do país, estão empregadas nas MPes (micro e pequenas empresas), que distribuem cerca de 39,4% da massa de remuneração dos empregados e respondem, aproximadamente, por 20% do Produto Interno Bruto brasileiro, segundo levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2008.

Alternativas para as MPes, são ações de custo zero de instalação, como por exemplo, as que visem a economia de energia, do uso racional da água nos estabelecimentos industriais, do não desperdício de papel, de impressões somente necessárias, incentivo aos funcionários, quando possível, da

utilização de transportes coletivos, são ações que podem levar essa prática também para os lares de seus funcionários.

É pensando nesse universo que o SindMilho & Soja (Sindicato da Indústria do Milho, Soja e seus Derivados no Estado de São Paulo) vem dirigindo suas ações. Para tanto, o Sindicato desenvolveu um grupo de propostas que poderão ser adotadas pelas empresas associadas e outras promovidas diretamente com a comunidade.

A partir do segundo semestre o Sindicato pretende desenvolver projetos onde o tema central será a orientação nutricional, bem como focar na importância de ações sustentáveis. Um exemplo nesse sentido é a elaboração e distribuição de manuais de reuso de água, práticas de responsabilidade social e bem estar das comunidades onde as indústrias estão instaladas.

As ações mais amplas também não serão esquecidas, como



a adesão a campanha “Carbono Zero”. No entanto, ressalta o presidente Hideyo Uchinaka, essas ações só terão adesões consistentes se os participantes entenderem os pilares que as envolvem. São eles: econômico, social e ambiental.

Responsabilidade Social Empresarial, portanto, seria o retrato de como as empresas realizam seus negócios, inserindo

sustentabilidade, responsabilidade e ética, agregando em todas as etapas, a transparência. O resultado será um relacionamento inovador de admiração e respeito por parte da sociedade que consome seus produtos. São desafios para um futuro próximo, mas que naturalmente, como outras revoluções industriais que aconteceram no passado, vieram a ser prática corrente no presente.

PALESTRA ABORDA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O Siamfesp (Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais Não Ferrosos no Estado de São Paulo), criou um Grupo de Estudos Tributários, com objetivo de discutir as problemáticas do setor, bem como trazer novos conhecimentos aos associados, garantindo uma maior segurança nos procedimentos legais e no planejamento tributário.

Coordenado pelo assessor trabalhista e tributário do Sindicato, Celso Davi Rodrigues, o grupo promoveu no último dia 18 de julho, em parceria com o Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria (DEMPI/Fiesp), a palestra “Compensação de Crédito Tributário”, ministrada pelo gerente do Departamento Jurídico da Fiesp, Alexandre Ramos.

Apoiado pela advogada plena da Fiesp, Ana Cristina Fischer Dell’Oso, Ramos explicou os requisitos do que pode e do que não pode ser compensado e os



mecanismos para essa compensação. “O que queremos deixar como recado é que a empresa tem que se organizar e estar preparada desde a tomada da decisão de compensar um determinado crédito. A empresa precisa reunir todos os documentos, pois a Receita Federal pode vir a fiscalizar e toda essa documentação precisa estar em ordem”.

O advogado afirma que a compensação é possível mas deve ser feita com todo cuidado em relação aos requisitos exigidos. “A complexidade está em entender o

que pode ou não ser compensado. Vale lembrar que se o contribuinte pedir compensação de créditos que não podem ser compensados, pagará uma multa por isso”.

Durante a palestra os advogados apresentaram a legislação vigente para compensação de créditos; explicaram os débitos e créditos que não podem ser compensados; os créditos tributáveis compensados na esfera federal; créditos do IRRF relativos a juros sobre capital; créditos de Pis/Pasep e Cofins; créditos de IPI; créditos sobre contribuições previdenci-

árias; créditos reconhecidos por decisão judicial, dentre outros.

Para o presidente do Siamfesp, Denis Perez Martins, o espaço criado também é fundamental para o levantamento de novas demandas dos associados quanto a necessidade de benefícios fiscais. Como exemplo cita as atuações desenvolvidas com êxito pelo SIAMFESP, como:

- a redução das alíquotas do IPI para diversos produtos, inclusive com alíquota zero;
- a coordenação das pesquisas do MVA-ST para os setores de utilidades domésticas e de materiais para construção;
- o ajuste das nomenclaturas de utilidades domésticas em alumínio para o ICMS-ST, com redução das alíquotas para os produtos de painéis e assemelhados;
- a inclusão de diversos produtos no sistema de desoneração da folha de pagamento.

Introdução

A experiência do SINDIPLAST, em conjunto com a FIESP e a CETESB, na elaboração do Guia Ambiental da Indústria de Transformação e Reciclagem de Materiais Plásticos foi o primeiro passo na disseminação do conhecimento acerca dos caminhos para a sustentabilidade ambiental. Essa iniciativa foi complementada por um programa que estimula a incorporação dos princípios de produção mais limpa (P+L) nos processos gerenciais das empresas do setor visando obter melhorias permanentes na eficiência dos processos produtivos, na minimização dos impactos ambientais e nos resultados dos indicadores de desempenho ambiental.

Prêmio SINDIPLAST de Gestão Ambiental 2013

É um programa de reconhecimento anual, simbolizado por meio de troféu e placas, às organizações do setor de transformação e reciclagem de materiais plásticos do Estado de São Paulo que se destacarem pelos processos gerenciais adotados em busca da excelência na gestão ambiental e pelos consequentes resultados obtidos.

O programa é administrado pelo SINDIPLAST e conduzido por organizações isentas, sujeitas a um código de conduta ética e especializadas em processos de premiação e em gestão ambiental.

Benefícios da Participação

- Diagnosticar o sistema de gestão ambiental e identificar ações para melhoria do seu desempenho
- Contribuir com o setor na implantação de oportunidades de produção mais limpa (P+L)
- Ser uma empresa reconhecida pelos bons resultados obtidos e pelos processos exemplares de gestão ambiental
- Receber um relatório de especialistas contendo pontos fortes e oportunidades para melhoria

Elegibilidade

Qualquer organização do setor de transformação e reciclagem de plástico associada ao SINDIPLAST poderá concorrer ao "Prêmio SINDIPLAST de Gestão Ambiental", desde que estabelecida formalmente no Estado de São Paulo em data anterior a 31/12/2011.

REALIZAÇÃO:



Sindiplast

Sindicato da Indústria de Material Plástico
do Estado de São Paulo

APOIO:



**Prêmio SINDIPLAST
de Gestão Ambiental 2013**



Maiores informações:

Tel.: (11) 3060-9688

www.sindiplast.org.br



Reconhecimentos

Todas as organizações que se inscreverem receberão um certificado de participação no prêmio demonstrando seu compromisso com a busca de melhorias contínuas em seus processos de gestão ambiental. As candidatas com resultados superiores e processos gerenciais considerados exemplares pelos membros da banca examinadora serão reconhecidas por meio de:

- **Troféu SINDIPLAST de Gestão Ambiental** – Empresa Vencedora;
- **Placas** – Empresas Finalistas.

O anúncio público e a entrega dos prêmios às organizações reconhecidas serão realizados em cerimônia organizada pela ABIPLAST durante o 30º Encontro Nacional do Plástico, evento anual de confraternização do setor de transformação de material plástico.

Inscrição ao Prêmio

A empresa interessada em se inscrever no Prêmio SINDIPLAST de Gestão Ambiental deve:

- 1 - Entrar em contato pelos e-mails: sindiplast@sindiplast.org.br ou simone@sindiplast.org.br ou pelo telefone: (11) 3060-9688;
- 2 - Seguir as etapas citadas no item Cronograma;
- 3 - Concordar que seus resultados e processos gerenciais serão analisados criticamente pelos membros da Banca Examinadora (avaliadores e juízes especialistas e sujeitos ao código de ética e sigilo) e que, no caso de ser premiada, suas práticas consideradas exemplares, serão divulgadas em eventos a serem realizados pelo SINDIPLAST, ressalvados os aspectos considerados confidenciais.

Cronograma

20/08/2013	Lançamento do Prêmio 2013 / Encontro com as premiadas do ciclo anterior - Café da manhã com Executivos do Setor
Até 05/09/2013 às 18h00	Inscrição ao Prêmio (Envio da Ficha de Inscrição ao SINDIPLAST)
06/09/2013	Curso de Preparação para Candidatura ao Prêmio SINDIPLAST de Gestão Ambiental
Até 04/10/2013 às 18h00	Candidatura ao Prêmio (Envio do Formulário de Respostas - FR - ao SINDIPLAST)
De 14/10/2013 até 22/11/2013	Visitas às Instalações das Candidatas para Validação das Respostas
06/12/2013	Anúncio público e entrega dos reconhecimentos às empresas Premiadas e Finalistas durante o XXX Encontro Nacional do Plástico



PASI **IMEDIATO**

**PLANO DE
AMPARO
SOCIAL**

PASI, O SEGURO DE VIDA QUE PROTEGE A INDÚSTRIA DE SÃO PAULO

O PASI é o Primeiro Seguro Popular do Brasil e desde 1989 tem firme propósito, social e econômico, de proteger as empresas e seus colaboradores. Pioneiro em seu segmento de atuação, possui uma central exclusiva para processar suas operações e garantia do Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE Seguros, oferece agilidade na contratação e indenização, otimizando as relações trabalhistas dentro das empresas.



Parceria via CSER

A central de serviços da FIESP, no intuito de atender aos interesses e necessidades dos sindicatos filiados e suas empresas associadas, firmou parceria com o

PASI - Plano de Amparo Social Imediato, seguro com módulos especialmente formatados para oferecer preços e condições especiais para a categoria.



Indenizações em 24 horas úteis.



Permite que a empresa indique seu tradicional corretor de seguros.



Não há preenchimento de declaração pessoal de saúde.



Sem limite de idade para trabalhadores ativos legalizados.

O PASI, iniciou sua parceria com o FIESP em 2008, mas desde 1993 já atuava no segmento da indústria no estado de São Paulo. Desde então beneficiou aproximadamente **800 famílias**, distribuindo cerca de **R\$ 5 milhões** em indenizações para os trabalhadores e seus beneficiários. O objetivo social dessa parceria está sendo alcançado e a proteção tem chegado a toda a classe.



PASI e FIESP
parceria e proteção desde 2008

Observe o quadro das indenizações já realizadas:

PARENTESCO	TOTAL DE INDENIZAÇÕES	PERCENTUAL %
TITULAR	481	63
FAMILIARES	287	37



Cesta Natalidade

CESTAS NATALIDADE

1.035 cestas distribuídas
para as indústrias de SP



GRUPO SEGURADOR

